Ata da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Pesca 27/04/2017

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2017, reuniram-se no auditório principal da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, em Florianópolis, os membros da Câmara Setorial da Pesca, para 3ª reunião ordinária. O Coordenador da Câmara, Prof. Roberto Wahrlich (Univali) abriu a reunião com a apresentação da pauta e solicitação de itens para assuntos gerais. O representante do SINDIPI solicitou a inclusão de informes sobre a APA da Baleia Franca. Passou-se para o primeiro item da pauta, Lei 9419/2013 da Câmara Municipal de Florianópolis, com a apresentação de um histórico pelo Coordenador. Sérgio (SAR) falou sobre o processo de criação da Lei, que foi vetada por duas oportunidades e na segunda vez, com novo número foi derrubado o veto pelos vereadores. Mencionou que os pareceres da Procuradoria do Município apontam para inconstitucionalidade da Lei. Sugeriu-se que seja feito um ofício para Câmara de Vereadores, via CEDERURAL, solicitando a revogação da lei, em função dos próprios pareceres da Prefeitura que vetaram a Lei. O Coordenador o ficou responsável pela elaboração do documento com ajuda do representante do IBAMA. Após protocolado na Câmara o documento será encaminhado para os demais membros da Câmara Setorial. Foi citado que outros municípios também possuem legislações que pretendem regular a pesca, como Porto Belo, Araquari, Balneário Camboriú. Essas serão averiguadas. Roberto ficou responsável pelo levantamento da legislação das Unidades de Conservação Federal e as eventuais legislações municipais. Passando para o segundo item de pauta, correspondências recebidas e emitidas, solicitou-se que as correspondências recebidas pelos membros dos conselhos sejam enviadas para os demais membros da Câmara, Sérgio ficou responsável pelo envio das últimas mensagens trocadas pelos membros do CPG Pelágicos. Foi sugerido que seja criado um grupo de e-mail exclusivo da Câmara Setorial no Gmail para facilitar a organização das mensagens. Seguindo a pauta, passou-se para informes sobre a situação da transferência da Secretaria de Pesca e Aquicultura do MAPA para o MICS (Ministério de Indústria, Comercio Exterior e Serviços). Os representantes do MAPA informaram que o MAPA mantém as suas atividades nas atribuições sobre pesca e aquicultura, porém os pareceres jurídicos passam pelos dois

ministérios, ou qualquer ato normativo. O Decreto Presidencial prevê que enquanto a estrutura e o novo regimento não forem aprovados o MAPA continua realizando essas atividades. O recadastramento dos pescadores que estava previsto para maio está em risco de não ocorrer. Foi solicitado aos representantes do MAPA na Câmara o envio da Portaria que define a realização do recadastramento, chama-se Pescador Legal, o qual seria realizado através de uma plataforma do CONAB. Foi informado que o sistema existente para manutenção, renovação e emissão de novas carteiras não é funcional e confiável. Ainda sobre a transferência, foi informado que em Brasília o MAPA está fechando as portas para a Pesca e Aquicultura, onde alguns documentos foram encaixotados, mas o MICS se recusou a receber. Alguns Departamentos já estariam sendo desativados. Há uma paralização de atividades. Manifestou preocupação com a possibilidade da efetivação da mudança em função dos grandes desafios que o setor pesqueiro tem. Informou que na primeira semana de maio está prevista uma reunião dos parlamentares federais de Santa Catarina com o Presidente da República para solicitar a revogação do Decreto. Foi relatada a situação da Medida Provisória 768/2017 que inclui no MICS as atribuições e competências da pesca e aquicultura, cuja relatoria está a cargo do Deputado Cleber Verde. Também existe outra iniciativa de se tentar recriar a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca através de um novo Decreto. Cezar (FEPESC) manifestou a opinião de que a única solução é a descentralização das atribuições da Secretaria da Pesca e Aquicultura de Brasília pra os estados. Sugeriu-se que seja feito um documento da Câmara Setorial posicionando-se contra esta mudança e para ser protocolado no MAPA, o que foi aceito por todos. Foi informado que o SINDIPI terá reunião com o Presidente do Fórum Parlamentar de Santa Catarina sobre esta questão. César informou que várias Colônias, ou a maioria, está contra esta mudança. Seguiu-se para o próximo item da pauta, informes sobre a Portaria MMA 445. Sérgio informou que o Ivo Silva, presidente da FEPESC, anunciou em reunião que a portaria estaria sendo suspensa temporariamente. Porém, foi explicado que poderia ter havido um equívoco, pois o que ocorreu foi a publicação da Portaria 161, liberando 15 espécies da lista até 2018. Da região Sul a única que está incluída é o bagre-branco. Esta portaria seria a reedição da Portaria 395 que tinha sua validade até março de 2017. Informou

ainda, que a partir da efetiva aplicação da Portaria 445, houve uma grande mobilização e uma pressão parlamentar para que a mesma seja revista. O SINDIPI teve audiência com o Ministro do Meio Ambiente onde ficou acertada a criação de um grupo par estuar a liberação de 32 espécies consideradas vulneráveis. Foi elaborado um documento enviado ao MAPA e terá uma reunião dia 05 de maio para uma nova discussão. Eugênio (APPAESC) relatou que a Portaria é um grande problema pelo alto volume descarte de peixes e também pelo aumento do tempo de pesca para compensar o que está sendo jogado fora. Deu exemplo dos cações e bagres. Diego (MAPA) considera que o grande problema foi à falta de estatística e de informações sobre a situação das pescarias. Salientou-se que um argumento forte para discutir a problemática da Portaria 445 é a informação estatística da quantidade de peixes descartados. Foi sugerido que os pescadores comecem a relatar no mapa de bordo a quantidade de peixes descartados, ficando documentado e que isso não é passível de punição já que a Portaria prevê o descarte. Sugeriu-se que seja feita uma consulta ao IBAMA sobre a questão da declaração do descarte no mapa de bordo para se ter certeza se essa ação não é passível de punição. Sugeriu-se que seja feita uma comunicação ao setor após a resposta do IBAMA. Foi informado que a FURG e FPIPERJ elaboraram material que identifica as espécies da Portaria 445, os quais serão enviados para os demais membros. O item seguinte da pauta tratou do ordenamento da pesca da tainha para safra 2017. Diego informou que a portaria saiu do Jurídico do MMA no dia 26/04 e foi para assinatura do Ministro do MICS. Informou que o arrasto de praia não possui ordenamento no que se refere ao permissionamento das embarcações. O MAPA foi autorizado a aplicar o mesmo critério do ano anterior para autorizar esta categoria de pesca. Foi apresentada uma minuta de portaria enviada pelo MAPA com a provável redação final. Foram identificados vários problemas na minuta, principalmente pela proibição de várias artes de pesca de maio a dezembro no litoral de Santa Catarina. O emalhe anilhado só foi permitido até 10 AB, com a diminuição de 20% no número de embarcações, assim como para a pesca industrial. Questionou-se a possibilidade de manifestação de protesto ao teor da portaria. Como a Câmara é composta por órgãos de governo que teriam dificuldade em apoiar esta manifestação, foi sugerido que as entidades que se sentirem prejudicadas pela portaria enviem

para a Câmara a sua manifestação a qual será enviada para os ministérios responsáveis pelo ordenamento. Será dado o prazo de 10 dias para o envio destas manifestações. Foi sugerido que a Câmara Setorial comece a trabalhar já o ordenamento da safra da tainha para 2018, com argumentação sólida e subsídios técnicos. Seguindo a pauta, o representante do SINDIPI relatou reunião sobre o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca que possui 150 Km de extensão ao longo do litoral e 5 milhas de distância da costa. O SINDIPI se manifestou contra qualquer restrição a pesca na área da APA. Foi sugerido que fosse apresentada a APA na Câmara Setorial a partir de um contato com o representante da mesma, buscando-se marcar a reunião. Outra sugestão é que as entidades de pescadores da região de abrangência desta Unidade de Conservação busquem participar do Comitê da mesma. Outro item de pauta foi o Regimento Interno, que foi discutido na reunião anterior e foi encaminhado para os integrantes da Câmara para avaliação e sugestões. Não houve sugestões de alteração e o mesmo foi aprovado. O Coordenador sugeriu a alteração da ordem dos dois últimos itens da pauta, o que foi aceito por todos. Seguiu-se apresentando a proposta de elaboração de documento de apresentação da Câmara Setorial para as instituições, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Fórum Parlamentar, Ongs, Comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia, etc.. Sugeriu-se que também seja feito contato com entidade representante da área de comercialização de pescados para convidá-los a participar das reuniões. Foi mencionada a possibilidade de divulgação das informações da Câmara no site da Secretaria da Agricultura. Sérgio informou que estava tratando deste assunto. Como último item de pauta Roberto apresentou um quadro de demandas já enviadas a Câmara, contendo comentários e possíveis encaminhamentos. Sérgio falou da inclusão das demandas constantes na Carta da Pesca Artesanal de Santa Catarina apresentada em evento da FEPESC no dia 25 de abril. As demandas foram lidas uma por uma, com uma breve discussão. Foi informado que as demandas serão enviadas para os membros para sugestões de encaminhamentos e a priorização de 5 principais para posterior planejamento das ações da câmara, podendo ser incorporadas novas demandas. Foi solicitado que o SITRAPESCA informe o nome dos seus novos representantes na Câmara e também que seja feito um contato com a Capitânia dos Portos para verificar o motivo da

ausência do representante em todas as reuniões realizadas desde dezembro de 2016. Finalizando, Foi relatado a publicação em 2013 foi de uma legislação de ordenamento específica no âmbito dos ministérios da Pesca e do Meio Ambiente, como demanda levada pelo prefeito da cidade de Rio Grande, para embarcações de 20 a 50 AB, que receberam autorização para uso de rede de emalhe de fundo e de superfície na costa do Rio Grande do Sul. Esse fato reforça a importância da organização do setor e o fortalecimento da Câmara para discussão e proposição de encaminhamentos para o ordenamento da pesca em Santa Catarina. No final da reunião foi sugerido que as próximas reuniões da Câmara possam ser realizadas em algum local na região Continental de Florianópolis facilitar a chegada e saída dos membros de outras cidades. Sérgio ficou de verificar a disponibilidade de algum lugar.